

Processo Licitatório nº 062/2017 Pregão Presencial nº 043/2017	
Entrega dos envelopes e Credenciamento até: 18/12/2017 às 08h00min (Horário de Brasília – Brasil)	
Início da Sessão Pública: 18/12/2017 às 08:00 hs (Horário de Brasília – Brasil)	
OBJETO:	Registro de Preço que visa eventual aquisição de instrumentais e materiais a serem utilizados nos procedimentos do consultório odontológico da Unidade de Saúde Maria da Conceição Rezende realizados pela Equipe de Atenção Básica.
LOCAL DE REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO:	Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas, Av. Renato Azeredo, 210 – Centro – Fortuna de Minas.

PREÂMBULO

O Município de Fortuna de Minas (MG), inscrita no CNPJ 18.116.145/0001-18, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar Licitação Pública na modalidade de Pregão Presencial **do tipo menor preço, representado pelo menor valor total do lote.**

O pregoeiro **Sr. Luiz Carlos de Melo Guimarães** designado pela Portaria n.º 764 de 02 de janeiro de 2017 – da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG, receberá os envelopes de proposta e habilitação, em sessão pública a ser instaurada nas datas e horários supracitados, no Setor de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas, sito a Av. Renato Azeredo, 210 - Centro.

Na hipótese de não haver expediente no dia de realização do Pregão, a Licitação será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantendo-se inalterado o horário de realização.

1 – SUPORTE LEGAL

1.1 – A presente Licitação será regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002, Lei Estadual n.º 14.167, de 10/1/2002, Decreto Estadual n.º 44.786, de 18/04/2008, Lei no 8.666/93, de 21/06/1993, Lei Estadual n.º 13.994, de 18/09/2001, Lei Estadual n.º 18.376, de 08/09/2009, Decreto Estadual 45.902, de 27/01/2012, Decreto Estadual n.º 46.105, de 12/12/2012, Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, Decreto Estadual n.º 44.630, de 03/10/2007, e demais condições fixadas neste edital.

2 – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – **O presente registro de preços** visa futuras contratações pela Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG.

2.2 – A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.3 – A partir da publicação da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

2.4 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.4.1 – Quando da licitação específica para compra resultar preço igual ao superior ao registrado, deverá a Administração revogá-la no interesse público e processar a aquisição por intermédio da Ata de Registro de Preço.

2.5 – O procedimento será encerrado com a subscrição da Ata e homologação do procedimento pelo Prefeito Municipal.

3 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação:

3.1.1 atendam a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus Anexos;

3.1.2 cujo objeto social, expresso no contrato social ou estatuto em vigor, seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.1.3 – Todos os lotes deste Pregão têm participação restrita às microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP e equiparadas, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, do ramo pertinente ao objeto licitado.

3.1.4 - O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar e comprovar documentalmente sua condição de ME, EPP ou equiparada da seguinte forma:

3.1.5 - Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;

3.1.6- Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da pequena empresa.

3.2 - Para os LOTES EXCLUSIVOS (todos desse processo), a ausência de informação prevista no item 3.1 e subitens impedirá a participação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada no processo licitatório, uma vez que é condição para o exercício das prerrogativas previstas na Lei Complementar nº 123/2006.

3.2 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

3.4 - Participação da sessão do Pregão Presencial os representantes dos licitantes efetivamente credenciados.

3.5 - Não poderá participar da presente licitação pessoa jurídica:

3.5.1 - suspensão de participar em licitação e impedida de contratar com o município de Fortuna de Minas;

3.5.2 declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;

3.5.3 impedida de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais;

3.5.4 - com falência decretada;

3.5.5 cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação.

3.6 A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

4 – AQUISIÇÃO DO EDITAL

4.1 – O presente Edital encontra-se disponibilizado na Internet no endereço eletrônico www.fortunademinas.mg.gov.br para efeito de consulta e poderá ser impresso de acordo com as instruções contidas no referido endereço eletrônico. O Edital também poderá ser consultado pelos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG (Avenida Renato Azeredo, 210, Centro Fortuna de Minas/ MG).

5 – CREDENCIAMENTO

5.1 – A proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um único representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente apropriado, observando o que segue:

5.1.1 – O Credenciado far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com amplos poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente (Modelo Anexo I).

5.1.2 – Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação do Contrato Social, original ou cópia autenticada, ou por instrumento público de procuração.

5.1.3 – A não apresentação do credenciamento impedirá a manifestação, em nome da licitante

durante a abertura e o processamento da licitação.

5.1.4 – O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa -ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP , conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, deverá comprovar sua condição de ME, EPP ou equiparada

5.1.5 – O licitante deverá apresentar Declaração prevista no artigo 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/2002, (Modelo Anexo VIII).

5.1.6 – Após credenciamento, será declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro. A partir deste momento, não serão admitidos novos proponentes.

6 – SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO OU IMPUGNAÇÃO

6.1 – Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimentos do presente Edital de licitação, na forma eletrônica através do e-mail: procuradoria@fortunademinas.mg.gov.br ou por fax **(31) 3716-7111, em até 02 (dois) dias úteis antes** da data fixada no preâmbulo deste Edital para abertura da sessão pública.

6.1.1 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser endereçados e enviados ao Pregoeiro.

6.1.2 – Os questionamentos serão respondidos e disponibilizados para todos os interessados, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** do seu recebimento, através do e-mail e no endereço www.fortunademinas.mg.gov.br para ciência de qualquer interessado.

6.2 - É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente instrumento convocatório, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração Pública Municipal, por intermédio do Pregoeiro Municipal, julgar e responder a impugnação em até 03 (três) dias úteis.

6.2.1 - Decairá do direito de impugnar os termos deste instrumento convocatório perante o Município de Fortuna de Minas o licitante proponente que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à entrega dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

6.2.2 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

6.2.3 - A impugnação deverá ser protocolada no Setor de Licitação, devendo estar acompanhada do documento que concede poder ao signatário da peça impugnatória, sob pena de não conhecimento. Não será aceita impugnação apresentada intempestivamente ou encaminhada via *fac-símile* ou correio eletrônico (*e-mail*).

6.3 – Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após apresentação da proposta e da documentação não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus

termos.

7 – SISTEMÁTICA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO

7.1 – O representante legal credenciado ou titular da empresa licitante deverá entregar ao Pregoeiro, no local, dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital, 02 (dois) envelopes opacos, devidamente lacrados e rubricados, contendo na parte frontal, respectivamente, os seguintes dizeres:

(Identificação da empresa licitante – Razão Social e Número do CNPJ)

ENVELOPE N ° 01 – PROPOSTA COMERCIAL

Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG

Objeto: Registro de Preço que visa eventual aquisição de instrumentais e materiais a serem utilizados nos procedimentos do consultório odontológico da Unidade de Saúde Maria da Conceição Rezende realizados pela Equipe de Atenção Básica

Processo Licitatório: **062/2017**

Pregão Presencial: **043/2017**

(Identificação da empresa licitante – Razão Social e Número do CNPJ)

ENVELOPE N ° 02 – DOCUMENTAÇÃO

Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG

Objeto: Registro de Preço que visa eventual aquisição de instrumentais e materiais a serem utilizados nos procedimentos do consultório odontológico da Unidade de Saúde Maria da Conceição Rezende realizados pela Equipe de Atenção Básica

Processo Licitatório: **062/2017**

Pregão Presencial: **043/2017**

(Identificação da empresa licitante – Razão Social e Número do CNPJ)

7.2 – Os envelopes lacrados serão rubricados por todos presentes na sessão inaugural da licitação.

8 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

8.1 – A proposta comercial deverá ser apresentada conforme Anexo III, em única via, digitada ou datilografada, devendo ser redigida de forma clara e inequívoca sem alternativas, emendas, rasuras e entrelinhas, rejeitando-se aquelas escritas à margem ou fora do seu corpo, em língua portuguesa. A descrição completa dos itens a serem fornecidos deverá ser informado de acordo com as especificações constantes do Anexo II, devendo conter os preços unitários e totais de cada item e o valor total da proposta, em reais, com no máximo 02 (duas) casas decimais a direita da vírgula.

8.2 - Se houver dúvida ou divergência entre os preços unitários e o preço total do item, prevalecerá o preço unitário.

8.3 – A Proposta Comercial deverá satisfazer na forma e no conteúdo as exigências deste instrumento convocatório, especialmente o seguinte: serem datados e assinados pelo representante legal da empresa proponente, devidamente comprovado no processo, constar o nome completo e número do documento de identificação do signatário, o endereço completo e atualizado da licitante, o número de inscrição no CNPJ, INSC. ESTADUAL telefone e FAX se houver.

8.4 – A proposta deverá apresentar preços correntes de mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro.

8.5 – Nos preços apresentados deverão estar inclusos obrigatoriamente todas as despesas com transporte, embalagem, carga e descarga.

8.6 – A última folha da proposta deverá ser **obrigatoriamente** assinada pelo representante legal da empresa licitante, devidamente identificado.

Noticiamos os dados completos do sócio proprietário desta empresa: Senhor (a)....., brasileiro(a), (estado civil), CPF n.º, RG n.º, data de expedição, Telefone....., e-mail do sócio proprietário....., residente e domiciliado na (Rua, Avenida, Alameda, Praça etc)....., n.º....., (Bairro, Distrito, etc), Complemento, CEP:....., município de, Estado de(a)....., sendo este senhor a pessoa responsável por assinar o instrumento de contrato (ou instrumento congênera) que eventualmente seja firmado pelas partes.

9 – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DAS AMOSTRAS

9.1 – Serão adotados os seguintes critérios de aceitabilidade da proposta, quando do julgamento respectivo:

9.1.1 – Conformidade das especificações constantes na proposta com as previstas na pró-forma (Anexo II) deste Edital.

9.1.2 – Conformidade do preço proposto com o preço consignado na pesquisa de preços, que reflète valores decorrentes de consulta ao mercado.

9.2 – Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, consoante o Art. 48, Inciso II da Lei n.º 8.666 de 21.06.93.

9.2.1 – que não se refira à integralidade do objeto;

9.2.2 – que não atenda às exigências estabelecidas neste Edital ou em diligência;

9.2.3 - tenha suas amostras, quando solicitadas, consideradas em desacordo com as especificações deste Edital e com a legislação aplicável, por meio de parecer técnico emitido pela Secretaria Requisitante, ou que não sejam entregues no prazo determinado, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro (a);

9.2.4 - apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II da Lei n.º 8.666/93.

9.2.4.1 - Se o(a) Pregoeiro (a) entender que há indícios de inexequibilidade do preço, fixará prazo para que o licitante demonstre a formação do seu preço, por meio de planilha de custos, justificativas e demais documentos comprobatórios, conforme o caso.

9.2.4.2 - Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais.

9.2.5 - Não indique expressamente a marca, o nome do fabricante e o nº do registro no Órgão competente, quando couber, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência.

9.2.6 - Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pela Equipe de Apoio.

9.2.7 - Serão corrigidos os valores dos preços unitários ou do preço total do item, conforme a divergência apurada, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com o (a) Pregoeiro (a), após diligência e mediante expressa anuência do licitante.

9.2.8 - Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.

9.2.9 - Serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal.

9.2.10 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem.

9.2.11 – O (a) Pregoeiro (a), no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis que não afetem o seu conteúdo.

9.2.12 - As propostas e documentação apresentadas poderão ser submetidas à apreciação da Secretaria Requisitante para verificação do atendimento ao objeto licitado, mediante parecer fundamentado.

9.3 O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar amostra do produto ofertado pelo licitante detentor do menor preço, antes da declaração do vencedor, para verificação de sua conformidade com as especificações exigidas neste Edital.

9.4 Será necessária apresentação de amostra do produto, caso o responsável pelo parecer técnico do Setor Enfermagem da Secretaria Requisitante não conheça a marca do produto oferecido. Neste caso será concedido prazo de 02 (dois) dias para apresentação da amostra.

9.5 Dos itens descritos no item 9.9 deste edital a amostra deverá ser entregue na data da abertura do envelope de proposta comercial.

9.6 O produto somente será aceito após constatação da compatibilidade do material ofertado com as exigências constantes do item 9.8 deste edital, para perfeita identificação do material, com emissão de parecer técnico do setor Enfermagem da Secretaria Requisitante que constituirá elemento para julgamento da proposta comercial.

9.7 As amostras entregues e aprovadas, ou não, ficarão à disposição do licitante após a análise para

devolução pelo prazo de 30 (trinta) dias após o qual serão descartadas.

9.8 O As amostras, em plena validade, deverão ser entregues identificadas com etiquetas autocolantes, constando o nome da empresa e o número do item, o número da licitação e o objeto. O material a ser ofertado deverá ainda ser apresentado da seguinte forma:

I - acondicionado na embalagem original de fábrica, lacrada pelo fabricante, contendo data de fabricação, número do lote e data de validade do produto;

II - - os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da contratada.

9.8.1 O Município, por meio da Comissão de Licitação e/ou pela Secretaria Requisitante recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste Termo.

9.9 - Os licitantes deverão apresentar amostras dos seguintes lotes:

- Lote 56
- Lote 58 no item 01

9.10 Recebidas as amostras, a Comissão técnica formada por profissional Dentista e demais avaliadores da Secretaria Municipal de Saúde, fará a análise dos produtos, verificando as suas especificações técnicas, levando em consideração normas e padrões de qualidade, e emitirá um parecer devidamente fundamentado no prazo 05 (cinco) dias úteis, aprovando ou contra-indicando o(s) item(ns) submetidos á análise;

9.11 Caso a(s) amostra(s), da(s) empresa(s) que ofertou(ram) o menor preço não seja(m) aprovada(a), será(ão) convocada(s) a(s) empresa(s) subsequente(s), na ordem de classificação. Portanto a reprovação da amostra é causa de desclassificação do item.

10 – ABERTURA DOS ENVELOPES

10.1 – Após a fase de credenciamento, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes de Propostas Comerciais, para verificação do atendimento das condições de aceitabilidade previstas no item 09 deste Edital.

10.2 – Em seguida classificará o autor da proposta de menor preço unitário e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço.

10.2.1 – Serão utilizadas 02 (duas) casas decimais para efeito de cálculo dos valores das propostas.

10.3 – Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

10.4 – Individualmente convidadas pelo Pregoeiro, as licitantes classificadas na forma sequencial, a

partir do autor da proposta de maior preço unitário e os demais em ordem decrescente de classificação, apresentarão lances verbais.

10.5 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convidada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

10.6 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a aquisição que, por sua vez, reflete prévia pesquisa de mercado.

10.7 – Findos os lances verbais, o Pregoeiro verificará a compatibilidade do preço ofertado com o praticado no mercado e, motivadamente, decidirá sobre a sua aceitação.

10.8 – Aceita a proposta, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope de habilitação, para fim de conferência do atendimento às condições previstas no item 11 deste Edital.

10.9 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação.

10.10 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda esse edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

10.11 – O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, nos casos previstos nos subitens 10.6, 10.7 e 10.10.

10.12 - No caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas, dentre as que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço, o desempate se através de sorteio, para que se determine qual a empresa que ofertará o primeiro lance verbal.

10.13 – O representante credenciado ou titular da empresa participante é responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances. Os preços não poderão ser onerados em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro.

10.14 – O representante credenciado ou titular da empresa participante deverá acompanhar as operações durante a Sessão Pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens pronunciada pelo Pregoeiro.

10.15 – Proferida a decisão, o resultado constará da ata a ser lavrada pelo Pregoeiro e assinada pelos licitantes presentes.

11 – HABILITAÇÃO

11.1 – O envelope n ° 02 (Documentação) deverá conter, obrigatoriamente, os documentos a seguir,

que dizem respeito à habilitação institucional e legal da licitante proponente. Eles devem estar autenticados por cartório competente. No caso do documento apresentar frente e verso, a autenticação deverá ser feita nos dois lados, nos casos de fotocópias simples deverão estar acompanhadas dos respectivos originais, para verificação e autenticação por membro da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG.

11.1.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

11.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

11.1.3 - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

11.1.4 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.1.5 - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do estabelecimento que participará da licitação, nos termos da IN-SRF 200/2003.

11.1.6 - prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidões emitidas pelos órgãos competentes;

11.1.7 - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal;

11.1.8 - prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

11.1.9 - prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

11.1.10 - declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, assinada pelo representante legal do licitante, conforme modelo do Anexo V;

11.1.11 - Certidão negativa de recuperação judicial e falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante proponente, no máximo nos 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura da presente licitação.

11.1.12 - Autorização de funcionamento emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

11.1.13 - Licença Sanitária em vigor (emitida pela Vigilância Sanitária da sede do licitante

proponente);

11.2 - Os documentos relacionados no item 11.1 deste Título poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, emitido pelo Município de Fortuna de Minas ou por qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, em vigor na data de realização do Pregão, **desde que expressamente indicados no referido cadastro.**

11.2.1 - A apresentação do CRC não dispensa a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, ou instrumento público ou particular de procuração, ou Carta de Credenciamento, com vistas à conferência da assinatura do representante legal aposta nos documentos.

11.2.2 - No caso de não constar no CRC, quaisquer documentos exigidos no item 11.1 deste título, o licitante deverá complementar a documentação exigida.

11.3 - Se os documentos relacionados no item 11.1 deste título, indicados no CRC, **estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados novos documentos, em vigor.**

11.4 - O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis.

11.5- Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

11.5.1 - se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

11.5.2 - se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

11.5.3 - se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;

11.5.4 - serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6 - A Microempresa - ME e a Empresa de Pequeno Porte - EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

11.7 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para regularização da documentação.

11.7.1 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao(à) Pregoeiro(a).

11.7.2 - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis

inicialmente concedidos.

11.7.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n ° 8.666/93, sendo facultado ao (a) Pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do item 24, do Título X, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

11.8 - Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

11.9 - Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

11.10 - Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de discos magnéticos.

11.11 - A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Título ou a sua ausência, inabilitará o licitante.

12 – RECURSO

12.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias corridos para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 – A decisão relativa ao recurso será motivada pelo pregoeiro e submetida à apreciação da autoridade competente. O recurso não terá efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.3 – Uma vez decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

12.4 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.5 – Os recursos administrativos deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, ou peticionados na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzido a termo em ata.

12.6 – Não serão reconhecidos e aceitos os recursos interpostos enviados por fax e as petições que tenham sido apresentadas fora do prazo legal.

13 – ADJUCAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 – Inexistindo manifestação recursal o (a) Pregoeiro (a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

13.2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 - Os recursos orçamentários, para fazer frente as despesas da presente licitação no caso de aquisição, serão alocados quando da emissão das notas de empenho.

15 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - Homologado o resultado da licitação, a vencedora terá o prazo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar a Ata de Registro de Preços, que obedecerá às condições indicadas na minuta do Anexo VII, na qual estarão definidas as especificações mínimas, quantidades estimadas, e os preços unitário e global dos bens a serem fornecidos. Assinada a Ata de Registro de Preços, a solicitação dos itens registrados dependerá de requisição da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas, através das Secretarias do Município de Fortuna de Minas.

15.2 - A Ata de Registro será válida por 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.

15.2.1 – A prorrogação será precedida de pesquisa ao mercado para comprovar que o preço registrado continua vantajoso, e de consulta ao detentor e aos que aderiram ao menor preço, sobre o interesse na prorrogação.

15.3 – A Ata de Registro poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

15.3.1 – Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.

15.3.1.2 – Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15.3.1.3- A Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de punição caso o preço do mercado esteja comprovadamente superior ao registrado na Ata, devendo isto ser motivado pelo fornecedor.

15.3.2 – Quando por motivo superveniente o preço se tornar superior ao praticado do mercado, convocado o detentor do registro e frustrada a negociação, será liberado do compromisso assumido e serão convocados, no prazo de 03 (três) dias úteis, os demais fornecedores registrados na Ata para promover a negociação.

15.3.3 – O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo e ensejará aditamento a Ata pela Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG, que deverá informar aos demais fornecedores, a nova ordem de registro.

15.3.4 – Em qualquer hipótese de cancelamento de registro é assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - O licitante que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

17 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – O preço será cancelado nos seguintes casos:

17.1.1 – Pelo Município:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do edital que deu origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente do registro de preços;
- c) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- d) o fornecedor não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se ornarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público;
- f) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;
- g) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente ata de registro de preços.

17.1.2 – Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio de Ordem de Compras , comprovando estar impossibilitado de cumprir às exigências desta Ata;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

17.3 - O cancelamento pelo Município de Fortuna de Minas, de preço registrado, será precedido do contraditório e ampla defesa.

17.3.1 – A comunicação do cancelamento de preço registrado será publicado na Imprensa Oficial de Minas Gerais e em seu sítio Oficial do Município, juntando-se comprovante nos autos da presente Ata.

18 – PAGAMENTO

18.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega, devendo o licitante apresentar a nota fiscal, acompanhada das certidões de quitação com o INSS, FGTS e demais certidões que poderão ser solicitadas a critério da Administração, na secretaria requisitante.

18.2 - Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento, desde que a *CONTRATADA* não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, os valores expressos nas medições serão corrigidos monetariamente até o dia do efetivo pagamento, processando-se o calculo “Pro rata die”, tendo como base a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

18.3 – Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

18.4 – A Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG reserva-se no direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da Contratada, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

18.5 – Não serão pagos os fornecidos/serviços realizados em desacordo com as especificações que integram este Edital.

19 – FORNECIMENTO DO OBJETO

19.1 O prazo máximo para entrega do produto, objeto aqui licitado, será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do instrumento contratual (ANEXO VII), podendo ser prorrogado, caso haja necessidade, formalizando a prorrogação através de termo aditivo.

Os produtos deverão ser fornecidos, parceladamente, até 20 (vinte) dias após as requisições da Secretaria Municipal de Saúde.

Ao término do prazo acima estipulado, e não havendo necessidade da quantidade solicitada o município **não será obrigado a adquirir todo o serviço licitado**, conforme art.65 § 1º da Lei 8.666/93:

O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos

20 – DAS OBRIGAÇÕES

20.1. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

20.1.1 - A *CONTRATADA* obriga-se a manter, durante a vigência do presente Instrumento de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, modalidade Pregão Presencial 043/2017, devendo comunicar à *CONTRATANTE*, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

É ainda obrigação da *CONTRATADA*:

- a) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, todas as obrigações assumidas;
- b) Reparar, corrigir, remover, ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, objeto do contrato em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- c) Participar à fiscalização ou supervisão da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a execução do objeto deste contrato, no todo ou em parte, indicando as medidas para corrigir a situação;
- d) Responder por danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- e) Responder por danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

20.2 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1 Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas;

2 - Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da *CONTRATADA* pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3 - Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo;

4 - Efetuar o recebimento do objeto;

5 - Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados;

6 - Notificar a *CONTRATADA*, qualquer irregularidade encontrada na execução de serviços, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

21 - DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 – Fica assegurada a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas, no interesse da Administração, o direito de anular ou revogar, mediante despacho fundamentado da autoridade competente, em parte ou no todo, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente, ressalvado o disposto nos parágrafos do artigo 49, da Lei 8.666/93.

21.2 – O pregoeiro, no interesse público, poderá sanar erros ou falhas, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e na proposta comercial, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

21.3 – Caso necessário, o Pregoeiro poderá suspender a sessão do pregão para realização de diligências, designando nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

21.4 – O desatendimento das exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão de sua

proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

21.5 - Os casos omissos neste edital serão resolvidos pelo pregoeiro.

21.6 – O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

21.7 – Os proponentes assumem todos os custos com a preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8 - Os envelopes “Documentação e Proposta”, não abertos, ficarão à disposição das licitantes pelo período de 30 (trinta) dias úteis, contados do encerramento da licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, denegados os recursos interpostos), após o que serão destruídos pelo Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas.

21.9 - A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

21.10 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Fortuna de Minas/ MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.11 – ANEXOS

21.1	ANEXO I – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO.
21.2	ANEXO II – RELATÓRIO DE ESPECIFICAÇÕES/ TERMO DE REFERÊNCIA.
21.3	ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL.
21.4	ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO.
21.5	ANEXO V - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS, ATENDENDO AO DISPOSTO NO INC. XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ACRESCIDO PELA LEI Nº 9854/99
21.6	ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
21.7	ANEXO VII - - DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP
21.7	ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002

Fortuna de Minas, 21 de novembro de 2017.

Luiz Carlos de Melo Guimarães
Pregoeiro

ANEXO I
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

A empresa com escritório à (rua, nº, bairro, cidade e estado), CNPJ nº. por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), credencia Sr.(a)(s)..... portador da Carteira de Identidade (RG) nº..... órgão expedidor, C.P.F. nº..... para representá-lo perante a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG, nos atos relativos a Pregão, podendo, para tanto, apresentar proposta de preço lances verbais, assinar a proposta apregoada, assinar Atas, impugnar licitantes e propostas, recorrer de qualquer instância administrativa, denegar do direito de recurso, rubricar páginas de documentos, debater cláusulas contratuais, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, requerer, alegar e assinar o que convier, pedir informação, assinar contrato, enfim, praticar todos os atos necessário implícito fiel, perfeito e cabal desempenho do presente credenciamento, nos termos do edital.

ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
Cargo
Carteira de identidade
CPF

OBS:

- Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante.

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório n. °062/2017

Pregão Presencial n °043/2017

1 – OBJETO

Registro de Preço que visa eventual aquisição de instrumentais e materiais a serem utilizados nos procedimentos do consultório odontológico da Unidade de Saúde Maria da Conceição Rezende realizados pela Equipe de Atenção Básica, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1 – Os instrumentais e materiais serão utilizados nos procedimentos do consultório odontológico da Unidade de Saúde Maria da Conceição Rezende realizados pela Equipe de Atenção Básica.

3. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

3.1 - Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas da presente licitação no caso de aquisição, serão alocados quando da emissão das notas de empenho.

4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1 - Os produtos, objeto deste certame licitatório, deverão ser entregues parceladamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos a contar da apresentação de autorização fornecimento.

4.1.1 – A empresa contratada deverá efetuar a entrega dos produtos na Secretária Municipal de Saúde localizado à Rua Alvorada, 441, Centro, Fortuna de Minas/MG

4.2 – A empresa contratada deverá, obedecer rigorosamente, o horário determinado pela Secretaria requisitante para entrega dos materiais.

4.3 – A conferência **dos produtos** serão efetuadas por Comissão previamente indicada pela(s) **Secretaria(s) Municipal (is) Requisitante, ligada (s) diretamente a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas. Será verificado a qualidade e quantidade dos produtos**, podendo recusá-los caso comprove estar em desacordo com o Relatório de Especificação ou com a Proposta Comercial apresentada pelo licitante.

4.4 – **A contratada responsabiliza-se pelo transporte dos produtos** de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, sem ônus para a **Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/MG;**

4.5 – **A contratada não poderá** transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Pregão, sem prévia anuência do Município de Fortuna de Minas.

4.6 - **A contratada responderá** pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supra mencionado, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais, e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste

contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de Fortuna de Minas/ MG;

4.7 - A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente por todo e qualquer prejuízo, acidente ou dano que, em virtude de seus serviços, vier a ser causado ao Município de Fortuna de Minas ou a terceiros, obrigando-se a **garantir a qualidade dos materiais, bem como da qualidade.**

4.8 – Os produtos deverão apresentar as características estabelecidas no Anexo II deste Edital.

4.8.1 - Caso o produto seja reprovado, a reposição dos mesmos deverá ser realizada no prazo **máximo de 02 (dois) dias**, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas / MG, contadas a partir da comunicação à empresa contratada, por meio de laudo de reprovação do produto emitido pela **Secretaria Municipal Requisitante.**

4.14.2 - A não reposição no prazo de 02 (dois) dias constitui motivo para rescisão do contrato, de acordo com art. 78, inciso I, da Lei n ° 8666/93.

4.14.3 - Caberá ao contratado arcar com as despesas frete do(s) item (ns) a ser (em) substituído (s).

4.14.4 - Não será admitida pela **Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas** a substituição de um item solicitado e não fornecido, por outro, sem a prévia autorização.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 - Executar os serviços de acordo com as normas da ABNT e de acordo com as especificações técnicas do edital.

5.1.2 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, do fornecimento dos bens, transportes, impostos, taxas, encargos, seguros e outros, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas – Minas Gerais.

5.1.3 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução deste objeto.

5.1.4 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda.

6.2 - Rejeitar no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

6.3 Indicar o representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como para atestar o recebimento dos bens.

6.4 - Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

7. GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei n ° 8.666/93, a gestão/fiscalização do contrato será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde;

7.2 - A Subsecretaria de Licitações e Compras atuará como gestor/fiscal do contrato.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

8.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a realização de cada entrega, devendo o licitante apresentar a nota fiscal, acompanhada das certidões de quitação com o INSS, FGTS e demais certidões que poderão ser solicitadas a critério da Administração, na secretaria requisitante.

8.2 - Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento, desde que a *CONTRATADA* não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, os valores expressos nas medições serão corrigidos monetariamente até o dia do efetivo pagamento, processando-se o calculo “Pro rata die”, tendo como base a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

8.3 – Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

8.4 – A Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/ MG reserva-se no direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da Contratada, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

8.5 – Não serão pagos os materiais fornecidos/serviços realizados em desacordo com as especificações que integram este Edital.

9. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

10. SANÇÕES:

10.1 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;

II. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

III. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

10.2 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS.

10.3 - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

11. SUSTENTABILIDADE EM ATENDIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

11.1 - Em observância aos quesitos de sustentabilidade deverão ser atendidos, no que couber, as exigências do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Lei Estadual nº 18.031/09 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), Decreto Estadual nº 46.105/12 (Desenvolvimento Sustentável nas contratações públicas de Minas Gerais) e demais legislações específicas, com destaque:

a) emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local (eficiência econômica, sustentabilidade social, em atendimento ao inciso III, art. 6º do decreto nº 46.105/12;

b) redução de resíduos, reaproveitamento e destinação adequada dos materiais recicláveis;

c) utilização de equipamentos com baixo consumo energético e baixa emissão de ruído;

d) observação das normas do INMETRO, da ISO 14.000 e ainda as exigências do Decreto Estadual nº 46.105/2012.

11.2 - O MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS poderá efetuar diligências no local de execução dos serviços para comprovar o cumprimento dessas recomendações.

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
Processo Licitatório n.º 062/2017
Pregão Presencial n.º 043/2017

Após tomarmos conhecimento de todos os documentos do Pregão Presencial n.º 043/2017, venho submeter à apreciação desta Comissão Permanente de Licitação nossa Proposta Comercial para a Registro de Preço que visa eventual aquisição de instrumentais e materiais a serem utilizados nos procedimentos do consultório odontológico da Unidade de Saúde Maria da Conceição Rezende realizados pela Equipe de Atenção Básica deste Município, conforme Termo de Referência, anexo I, e planilha abaixo.

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL

Valor Total -----R\$

Certifico-lhes que todos os documentos foram examinados, não havendo nada a acrescentar sobre os mesmos, e que assumimos total responsabilidade por quaisquer erros ou omissões na preparação desta proposta.

Declaramos conhecer todas as condições exigidas neste instrumento convocatório.

A importância total de nossa proposta, estando incluso todos os encargos (frete, tributos e outros) é de R\$...(....), referente aos lotes _____ da planilha de quantitativos e preços anexa, para pagamento conforme estipulado no terceiro item deste instrumento convocatório.

O prazo para aquisição do objeto aqui licitado, será de conformidade com o especificado no segundo item deste instrumento

No caso de adjudicação do objeto deste Pregão, concordo em assinar o Instrumento de Contrato (ou instrumento congênere), no prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas.

As condições apresentadas nesta proposta serão mantidas por um período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta comercial.

Noticiamos os dados completos do sócio proprietário desta empresa: Senhor (a)....., brasileiro(a), (estado civil), CPF n.º, RG n.º, data de expedição, Telefone....., e-mail do sócio proprietário....., residente e domiciliado na (Rua, Avenida, Alameda, Praça etc)....., n.º....., (Bairro, Distrito, etc), Complemento, município de, Estado de(a)....., sendo este senhor a pessoa responsável por assinar o instrumento de contrato (ou instrumento congênere) que eventualmente seja firmado pelas partes.

Atenciosamente
Assinatura sobre carimbo

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO
Processo Licitatório n. °062/2017
Pregão Presencial n °043/2017

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, e em conformidade com o artigo 9º da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, que até a presente data não existem fatos impeditivos para a habilitação da empresa acima no processo anteriormente mencionado, e estou ciente que devo declará-lo caso venha a ocorrer durante qualquer da fase do processo.

_____, ____ de _____ 2017.

Representante legal
(com carimbo da empresa)

OBS:

1. Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA
Processo Licitatório n.º062/2017
Pregão Presencial n.º043/2017

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescidos pela Lei n.º 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

_____, ____ de _____ 2017.

Representante legal
(com carimbo da empresa)

ANEXO VI
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Licitatório n.º 062/2017
Pregão Presencial n.º 043/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2017

O MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, situada na Avenida Renato Azeredo n.º 210, centro, Inscrição Estadual Isenta, CNPJ n.º 18.116.145/0001-18, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Patrick Campos Diniz, brasileiro, CPF n. residente e domiciliado no município de Fortuna de Minas, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520/02 e demais disposições legais aplicáveis, resolve registrar os preços apresentados pela _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, situada na _____, n.º _____, Bairro _____, ____/____, a seguir denominada FORNECEDOR, neste ato representada por seu _____, _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____, ____/____ e inscrito no CPF sob o n.º _____, _____ classificada em _____ lugar, no Processo Licitatório n.º ____/2017, na modalidade Pregão Presencial n.º ____/2017, do tipo menor preço.

1. DOS PREÇOS REGISTRADOS

1.1. O objeto deste Registro de Preço que visa eventual aquisição de instrumentais e materiais a serem utilizados nos procedimentos do consultório odontológico da Unidade de Saúde Maria da Conceição Rezende realizados pela Equipe de Atenção Básica, para atender os veículos da frota municipal, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório n.º ____/2017, Pregão Presencial n.º ____/2017.

LOT E	ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL

Total -----R\$

1.2. O FORNECEDOR, para fins de fornecimento do objeto licitado, deverá observar as especificações constantes do Termo de Referência anexo do Edital de Licitação do Processo Licitatório n.º ____/2017, Pregão Presencial n.º ____/2017 que integra esta Ata como se nela estivesse transcrito.

2. VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/MG não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a

realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A Subsecretaria de Licitações e Compras atuará como gestor/fiscal do contrato.

4. DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

4.1. O FORNECEDOR responderá por todo e qualquer dano provocado ao MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

4.2. Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo FORNECEDOR, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

4.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do FORNECEDOR for apresentada ou chegar ao conhecimento do MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS, este comunicará ao FORNECEDOR por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar ao MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo FORNECEDOR não o eximem das responsabilidades assumidas perante o MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS, nos termos desta cláusula.

4.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo FORNECEDOR, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS, mediante a adoção das seguintes providências:

a) dedução de créditos do FORNECEDOR;

b) medida judicial apropriada, a critério do MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS.

5. DA RESCISÃO

5.1. Os serviços/produtos oriundos desta Ata e contratados pelo MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS poderão ser rescindidos:

a) Por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo;

c) Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

5.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

6. DAS MULTAS E PENALIDADES

6.1 - - O licitante que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

6.2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;

II. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

III. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

6.3 - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo FORNECEDOR no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

6.5. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS ao FORNECEDOR, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do

CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do FORNECEDOR e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS.

6.6. As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o FORNECEDOR da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

7. DO FORO

7.1 - Para dirimir eventuais conflitos de interesse decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Sete Lagoas/ MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Fortuna de Minas, dede 2017.

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

CI:

CPF:

Testemunha 2

Ass.: _____

CI:

CPF:

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N ° 062/2017
Pregão Presencial n ° 043/2017

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n ° _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade n ° _____, inscrito no CPF sob o n ° _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81, da Lei Federal n ° 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2017.

(assinatura do representante legal)

ANEXO VIII
PROCESSO LICITATÓRIO N ° 062/2017
Pregão Presencial n ° 043/2017

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002

DECLARAÇÃO

_____, CNPJ _____, sediada _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão nº ____/____, DECLARA expressamente que :

cumpre plenamente os requisitos de habilitação com todos os termos estabelecidos neste Edital.

_____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome: _____

Nº Cédula de Identidade: _____